

Yukio Mishima

CAVALOS
EM FUGA

tradução e notas de
Tânia Ganho

LIVROS DO BRASIL

Estávamos em 1932. Shigekuni Honda tinha trinta e oito anos.

Quando ainda era aluno de Direito na Universidade Imperial de Tóquio, Honda fizera o exame do concurso público para entrar nos serviços judiciais e, depois de obter a licenciatura, conseguira um estágio no Tribunal Distrital de Osaka. A partir daí, Osaka tornou-se o seu lar. Em 1929, foi nomeado juiz e, volvidos dois anos, sendo já juiz-adjunto do Tribunal Distrital, ascendeu a desembargador do Tribunal da Relação de Osaka.

Honda casara-se aos vinte e oito anos. A sua mulher era filha de um amigo do pai dele, um juiz que fora obrigado a aposentar-se aquando da reforma legal de 1913. O casamento realizou-se em Tóquio e, logo a seguir, ele e a mulher mudaram-se para Osaka. Na década que se seguiu, não conseguiram ter filhos. Mas Rié era uma mulher modesta e dócil, e a relação de ambos, harmoniosa.

O pai dele morrera em 1929. Na época, Honda pensara em desfazer-se da residência da família e em trazer a mãe para Osaka. Contudo, ela opusera-se à ideia e, agora, vivia sozinha na casa grande, em Tóquio.

A mulher de Honda tinha uma empregada para a ajudar a cuidar da casa arrendada onde moravam. Havia duas assoalhadas no andar de cima e cinco no de baixo, incluindo o vestíbulo. O jardim ocupava quase setenta metros quadrados. Pelo todo, Honda pagava uma renda mensal de trinta e dois ienes.

Tirando os três dias por semana em que estava no tribunal, Honda trabalhava em casa. Para ir à Relação, apanhava o elétrico de Abeno, no bairro de Tennoji, até Kitahama, na baixa de Osaka. Depois, atravessava as pontes sobre os rios Tosabori e Dojima até ao palácio da justiça, que se erguia perto da ponte de Hokonagashi. Tratava-se de um edifício de

tijolo vermelho, com o enorme crisântemo do brasão imperial a cintilar por cima da entrada principal.

Um pano *furoshiki* era indispensável a qualquer juiz. Havia sempre documentos a levar para casa, geralmente mais do que cabiam numa pasta, e um embrulho de pano adaptava-se ao tamanho necessário, maior ou mais pequeno. Honda usava um *furoshiki* médio, de musselina, dos armazéns Daimaru, e, para jogar pelo seguro, levava um segundo dobrado dentro desse. Para os juízes, esses embrulhos feitos com o *furoshiki* eram essenciais para o seu trabalho; nunca os confiariam a um porta-bagagens. Um dos seus colegas nem sequer parava para tomar um copo a caminho de casa sem passar um cordel por baixo do nó do seu *furoshiki* e o pendurar ao pescoço.

Não havia razão para Honda não utilizar a sala reservada aos juízes para redigir as suas decisões. Mas, nos dias em que não havia audiências no tribunal, a sala apinhada ressoava com vigorosas discussões jurídicas, sob o olhar atento dos estagiários, que, de pé, assimilavam respeitosa-mente todos os conhecimentos que ouviam. Era quase impossível ele conseguir escrever os seus despachos em paz. Honda preferia trabalhar em casa, pela noite dentro.

A especialidade de Shigekuni Honda era o direito penal, mas ele não se preocupava com o facto de Osaka, dado o tamanho reduzido do seu departamento criminal, ter fama de oferecer poucas hipóteses de evolução nessa área.

Quando trabalhava em casa, passava a noite a ler os relatórios policiais, os dossiês do procurador e as notas dos inquéritos preliminares relativos aos processos que iriam a julgamento na sessão seguinte. Depois de fazer resumos e tirar apontamentos, entregava o material ao desembargador que estava acima dele. Tomada uma decisão, cabia a Honda redigi-la para o presidente do tribunal. O céu já clareava a oriente quando finalmente ele avançava para «Em face do exposto, decide-se o seguinte». O presidente do tribunal revia o texto e devolvia-o a Honda, que então tinha de pegar no seu pincel de caligrafia e transcrever o documento final. Os dedos da sua mão direita tinham calos de escrivão.

Quanto às festas de gueixas, Honda só assistia à celebração tradicional de fim de ano, que se realizava no Seikanro, no bairro da luz vermelha de Kita. Nessa noite, superiores e subalternos faziam a pândega juntos, em total liberdade, e, de vez em quando, um ou outro indivíduo, encorajado pelo saqué, exprimia-se junto do presidente do tribunal com invulgar franqueza.

A sua diversão habitual era beber nos cafés e restaurantes de *oden* reunidos em torno do cruzamento das linhas do elétrico de Umeda-Shimmichi. O serviço em alguns desses cafés não tinha limites. Se alguém perguntasse à empregada que horas eram, ela levantava a saia para consultar um relógio amarrado a uma coxa grossa e só então respondia. Claro está que alguns juízes eram demasiado dignos para se prestarem a esse tipo de comportamento e até acreditavam que os cafés eram locais onde se bebia simplesmente café. Um deles estava a julgar um processo de desfalque, em que o arguido dizia que esbanjara em cafés a totalidade dos mil ienes desviados. O juiz interrompeu-o, indignado: «Como é que pode dizer uma coisa dessas?», perguntou, enervado. «Uma chávena de café custa uns míseros cinco *sen*. Está a querer dizer-nos que bebia assim tanto?»

Mesmo depois da redução geral dos salários dos funcionários públicos, Honda recebia um generoso estipêndio de quase trezentos ienes por mês, o mesmo que o comandante de um regimento. Os seus colegas consagravam o tempo de lazer a vários passatempos: uns liam romances, outros juntavam-se aos coros e elencos das peças nã da Escola Kanzé, e outros ainda reuniam-se para escrever *haikus* e desenhar ilustrações para os poemas. A maior parte dessas diversões servia, porém, como pretexto para se reunirem e beberem.

Depois, havia alguns juízes, especialmente entusiastas em relação a tudo o que fosse ocidental, que frequentavam bailes. Honda não gostava de dançar, mas ouvia os colegas falarem deles muitas vezes. Como os bailes eram proibidos por decreto municipal em Osaka, os devotos tinham de se deslocar a Quioto, onde os salões de Katsura e de Keagé eram populares, ou então a Amagasaki, onde a sala, chamada Kuisé, se